

16

Educar para conviver: O lugar da História da Religião no ensino obrigatório em Portugal

MARTA LOURENÇO*

ABSTRACT


Starting from the premise that human being, in addition to being rational, is also a religious being, this study aims to investigate the relevance of religion, as a human creation, to be an integral part of school programs alongside other areas of the humanities and sciences. It focuses on the role of teaching religion as playing a fundamental role in breaking down prejudices and promoting tolerance and mutual coexistence between faith and reason, when it transmits religion in a historical and critical way. Therefore, an analysis was carried out of manuals for the history subject of the current 7th year of the 3rd cycle of basic education in Portugal and of the normative documents relating to this subject to observe how this teaching and transmission of historical information is carried out regarding to the religious context.

Keywords: education, history textbooks, history of religion, secularization, tolerance.

1. Introdução

Este artigo redigido no contexto do *Congresso Internacional de Pedagogia: Educação e cultura de paz - memória, verdade e perdão*, agora editado em livro, pretende mostrar de que forma o ensino da História da Religião no 3.º ciclo do ensino básico em Portugal pode ser um instrumento importante na construção da tolerância, na promoção da convivência mútua entre fé e razão e no combate a preconceitos.

As sociedades contemporâneas ocidentais estão cada vez mais plurais demograficamente e o contexto escolar é reflexo dessa pluralidade, tendo isso gerado vários debates em torno da presença da religião em contexto académico. Contudo estes tendem a focar-se especial-

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
✉ marta.lourenco.cota@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0004-4479-6490>

mente na questão do ensino de natureza religiosa e na presença de objetos e artefactos religiosos dentro do espaço escolar. Esta perspetiva que apresento vai para além desses debates, uma vez que se foca no ensino da História da Religião recorrendo a fontes históricas, sentido crítico e contextualização, e onde haja um estudo de igual forma sobre todas as religiões que compõem o panorama associado a Portugal e ao ocidente, e não um ensino influenciado pela doutrina, dependente de instituições e associações religiosas. Estes debates surgem como relevantes no contexto de Portugal, onde na condição de país ocidental secularizado, as questões em torno da religião não podem ficar de fora das diversas áreas que compõem a cidadania, sendo uma das mais importantes o ensino, pois a escola contemporânea na condição de laica tem como papel fundamental transmitir aos seus alunos assuntos que englobam a natureza humana, sendo a religião parte integrante desse universo de conteúdos, de forma a fomentar a liberdade religiosa.

O panorama escolar actual rege-se pela Lei das Bases do Sistema Educativo de 1986, pela Reforma Curricular de 1989, pela Lei da Liberdade Religiosa de 2001 e pela Concordata de 2004, todas estas seguindo os padrões da modernidade e os ideais da laicidade, definindo a não confessionalidade do ensino público mas garantindo o direito à educação religiosa para quem assim o entender. Falamos então de uma “Escola sem Deus e não contra Deus”, uma vez que o papel da laicidade é a neutralidade do estado face à religião, de forma activa e inscrita nos sistemas políticos, não pretendendo declarar o fim à religião, mas regulando a autonomia do estado face à Igreja. Assim, podemos verificar a importância que o plano da laicidade tem no ensino, não apenas como regulador da presença da religião, mas como promotora de diálogo e de tolerância. É nesta linha de pensamento que surge como pertinente abordar dois conceitos apresentados por Régis Debray: «laicidade de incompetência – a religião não nos diz respeito – e laicidade de inteligência – é o nosso dever compreendê-la»¹. O autor salienta como é importante transitar da primeira para a segunda, pois, por palavras do mesmo, «a escola autêntica e serenamente laica deve dar acesso à compreensão do mundo, as religiões enquanto facto de civilização e elementos marcantes e, em larga medida, estruturantes da história da

1. Régis Debray, «O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional in Revista Lusófona da Ciências das Religiões», 2012, 25.

humanidade têm de estar presentes»².

1. O ensino da História da Religião

Mas de que forma podemos incluir o estudo da História da Religião em contexto escolar? Tal como já foi indicado, não se pretende um estudo de natureza religiosa e confessional, pretende-se um estudo de base crítica, pelo que renovar o programa da disciplina de Religião e Moral não nos parece ser o mais adequado. Por outro lado, criar uma disciplina apenas para esta temática não parece pertinente, principalmente por dois motivos: primeiro, o espaço curricular já está demasiado preenchido com diversas disciplinas e, segundo, não se pretende colocar os assuntos de História da Religião como uma coisa à parte, mas que os alunos entendam que a religião é parte integrante da história da humanidade. Assim, o melhor caminho parece ser de facto atualizar os programas, de modo a incluir temáticas da História da Religião, na disciplina de História do 3.º ciclo do ensino básico, por ser a primeira vez que esta disciplina surge de forma independente – no 1.º ciclo surge em Estudo do Meio e no segundo ciclo surge associada à geografia e é exclusiva do contexto português (História e Geografia de Portugal) – e, assim, alcançando todos os alunos, uma vez que no ensino secundário poderão optar por não ter História, mediante a área de estudos que seguirem.

O estudo de História pretende uma problematização dos acontecimentos atentando sempre no estudo do passado para compreender o presente, mas com instrumentos do presente para estudar o passado³. O Ministério da Educação em Portugal aponta como um dos objetivos da disciplina de História no 3.º ciclo do ensino básico «conciliar o saber e o saber-fazer com a estruturação de um sistema de valores que se traduza em atitudes de autonomia e tolerância, necessária à intervenção democrática na sociedade»⁴, realçando assim a importância da inclusão de matéria relacionada com a História da Religião, proporcionando o diálogo e o combate ao preconceito e intolerância.

2. Debray, 19.

3. Marc Bloch, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador* (Rio de Janeiro: Zahar Apple Books, 2002).

4. Ministério da Educação, *Organização Curricular e Programa*, vol. I, sem data, 122.

2. Análise de Manuais Escolares e Documentos Normativos

Iremos, então, observar que conteúdos relacionados com a História da Religião estão incluídos nos três documentos que compõem o currículo da disciplina de História: *Organização Curricular e Programa: Ensino Básico – 3.º ciclo* (Vol. I e Vol. II) (OCP); *Metas Curriculares de História do Ensino Básico – 3.º ciclo* (MC); e *Aprendizagens Essenciais – 3.º ciclo do Ensino Básico | História* (7.º, 8.º e 9.º ano) (AE) e que de forma esses conteúdos são abordados em dois manuais – *Somos História*, da editora Areal, e *Páginas da História*, da Asa editora. Por uma questão de «tempo», apenas iremos observar assuntos de História da Religião no 7.º ano, uma vez que é o início do estudo da História, assim como é o ano letivo que mais contém conteúdos desta área. No que se refere aos manuais, o manual *Páginas da História* segue de forma geral as diretrizes das MC, ao passo que o manual *Somos História* segue mais as indicações das AE.

Cada ano escolar é constituído por quatro domínios de referência, definidos pelo OCP, sendo os do 7.º ano os seguintes: «1. Das sociedades recoletoras às primeiras civilizações», «2. A Herança do Mediterrâneo Antigo», «3. A Formação da Cristandade ocidental e a expansão islâmica» e «4. Portugal no contexto europeu dos séculos XII a XIV». Num primeiro plano, podemos averiguar algumas diferenças entre os três documentos, sobretudo nos subdomínios de cada um dos domínios apresentados, sendo que as AE seguem maioritariamente a linha do OCP, enquanto as MC seguem outras denominações e organização. No que toca à História da Religião, destaca-se a escolha de as MC não terem um subdomínio independente referente ao *Cristianismo, sua origem e difusão*, optando-se por incluir esta temática no subdomínio *Roma e o Império*; é de realçar de igual forma a escolha de tanto as AE como as MC não empregarem o termo “Europa cristã”, no primeiro subdomínio da «3. A Formação da Cristandade Ocidental e a expansão islâmica»: enquanto que o OCP intitula de “Europa cristã nos séculos VI a IX” as AE e as MC optam por “a Europa dos séculos VI a IX” e “a Europa do século VI ao XII” respetivamente (com as MC a englobar um maior espaço temporal).

O ensino de História inicia-se, então, com o tema «1. Das sociedades recoletoras às primeiras civilizações» e são estudados o período paleolítico, o neolítico e as primeiras civilizações, onde o fenómeno religioso surge, sobretudo, associado às manifestações artísticas, focan-

do-se na importância de crenças mágicas e ritos funerários. Ambos os manuais expõem com clareza as práticas mágicas e religiosas, fazendo referência a descobertas arqueológicas que comprovam práticas funerárias do homem do paleolítico como associado à crença na vida após a morte, assim como a descoberta de “arte móvel” de estatuetas de mulheres parece indicar que se praticavam cultos associados à fecundidade e fertilidade. No que se refere ao neolítico, os cultos são apresentados como de natureza agrária associados à Deusa-mãe, com construções, denominadas de megalíticas, utilizadas para ritos funerários e para possíveis cultos ou celebrações relacionadas com os astros e a natureza, correspondendo ao proposto pelas MC.

De seguida são abordadas as primeiras civilizações. A OCP não menciona nenhuma civilização, referindo apenas como noções básicas o *politeísmo* e o *monoteísmo*. Por sua vez, as MC e as AE sugerem o estudo do contributo das primeiras civilizações através de exemplos de uma civilização dos Grandes Rios, referindo de igual modo os mesmos conceitos que o OCP. O manual *Somos História* opta por reservar páginas para a civilização egípcia, a civilização hebraica, e a civilização fenícia (não tendo esta menções de religião). Contrariamente, no *Páginas da História*, observa-se um estudo extenso da civilização egípcia, reservando apenas um pequeno texto sobre o contributo religioso da civilização hebraica. Tendo em conta a herança que a civilização hebraica deixou ao Ocidente, a nível religioso – que o manual *Páginas da História* não ignora apesar da pequena inclusão que dá a esta civilização –, torna-se bastante relevante a inclusão de um estudo mais abrangente desta civilização em contexto escolar, e é de salientar a indicação das MC ao apresentar como importante para os alunos, saberem «destacar o politeísmo das primeiras civilizações urbanas e o monoteísmo (judaísmo) como estando na diversidade e religiões do mundo atual»⁵.

Interessa realçar o uso correto de Canaã pelo manual *Somos História* para designar o local da *terra prometida* do povo hebreu, para onde migrou, explicando que é a atual Palestina (daí em diante os autores optaram por utilizar sempre o termo *Palestina*). Importante aqui referir também que a maioria dos registos históricos que temos do povo hebreu vem do que no Cristianismo se conhece como Antigo

5. Ribeiro, João Paulo Nunes Avelã, e Pedro José Paiva da Cunha, «Metas Curriculares de História: 3º Ciclo do Ensino Básico», 2014 de 2013, 4.

Testamento, mostrando a importância deste conjunto de livros não só a nível religiosa mas também histórico para esta civilização. O manual *Somos História* apenas refere sucintamente que o monoteísmo irá dar origem a três religiões, Cristianismo, Judaísmo e Islamismo. Por sua vez, o manual *Páginas da História* não menciona o Judaísmo, referindo apenas que os hebreus serão mais tarde conhecidos por Judeus e que o monoteísmo virá a exercer influência no Cristianismo e no Islão. Aqui seria talvez pertinente que o OCP, a MC e a AE incluíssem como noção básica o Judaísmo, como religião pertencente ao universo ocidental.

Para este capítulo inicial, as AE propõem como ação estratégica de ensino o seguinte, «Promover estratégias que envolvam a criatividade dos alunos: propor alternativas de interpretação a um acontecimento, evento ou processo, de forma supervisionada mas progressivamente autónoma»⁶.

Nesta linha, sugerimos a inclusão de um debate em torno do local Göbekli Tepe, na Turquia, conhecido como um dos primeiros vestígios de religião do mundo, construído por caçadores coletores no décimo milénio a.C. Este local, não só está associado ao aparecimento da religião, mas também ao desenvolvimento das civilizações urbanas, sugerindo uma discussão interessante com os alunos sobre a religião como possível potencializador do desenvolvimento das sociedades, e suscitar a questão: terá surgido primeiro a religião ou a civilização (o arqueólogo Klaus Schmidt afirma que «first came the Temple, then de City»)⁷. Assim, os alunos poderão refletir numa «abordagem ponderada das religiões como fenómenos de civilização»⁸, baseados nos vestígios encontrados em Göbekli Tepe, que indicam que este local foi responsável pelo desenvolvimento de civilizações urbanas, pois ao juntarem-se no Santuário para os cultos religiosos, estas populações estariam a criar as primeiras formas de civilização e de comunidades.

Seguimos então para o capítulo «2. A herança do Mediterrâneo antigo», onde serão apresentadas as civilizações grega, romana e a difusão do Cristianismo. Aqui a religião estará mais ligada com a

6. Direção-Geral da Educação, «Aprendizagens Essenciais | Articulação com o perfil dos alunos: 7º ano | 3º Ciclo Ensino Básico - História», julho de 2018, 5.

7. Klaus Schmidt, «Birth Of Religion», *National Geographic*, 2011, 34.

8. Debray, «O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional in Revista Lusófona da Ciências das Religiões.», 18.

cultura, sobretudo na Grécia e em Roma. Como já tinha sido indicado anteriormente, começam a notar-se as diferenças entre os três documentos do currículo da disciplina: enquanto que as MC se focam-se sobretudo na importância da religião politeísta grega e nas questões de assimilação do panteão romano, o OCP e as AE focam-se sobretudo nas noções de Cristianismo, Evangelho, Antigo e Novo Testamento. No que diz respeito aos manuais, ambos fazem uma relevante apresentação da religião grega⁹, e ambos referem o culto e a religião em Roma.

No que diz respeito ao Cristianismo e sua difusão, como vimos, o manual *Somos História* tem um subdomínio exclusivo para esse tema, ao passo que o manual *Páginas da História* apresenta-o no seguimento do subdomínio referente ao Império Romano. O primeiro manual apresenta com destaque muitos dos conceitos definidos pela OCP e pelas AE, como *Messias, Apóstolo, Evangelho e Antigo e Novo Testamento*, enquanto que o último manual apenas refere *Messias e Apóstolos*. De forma geral, ambos apresentam a origem e a difusão do Cristianismo de forma clara. A opção por parte das MC e do manual *Páginas da História*, por não criar um subtema exclusivo para o Cristianismo, pode surgir como relevante na medida em que mostra como esta religião inicialmente estava interligada com o império romano e não como uma religião que se difundiu “por iniciativa própria”, mostrando assim a interdependência que as religiões têm umas com as outras. É ainda nesta secção que ambos os manuais fazem referência aos Judeus e também ao Judaísmo, de forma vaga.

Uma vez que alguns dos conceitos definidos pelo OCP em vigor incluem *evangelho, Antigo e Novo Testamento*, seria relevante incluir nesta secção de que forma a *Bíblia* cristã se foi formando, referindo o processo de composição de um cânone bíblico e a existência de livros apócrifos. Esta sugestão surge na linha de pensamento de que muitas vezes se julga-se que as religiões e as suas questões envolventes têm uma espécie de nascimento repentino. Como observa Anselmo Borges «pensa-se, de facto, de modo geral, que as religiões caem do céu, havendo até quem julgue que Deus revelou diretamente verdades nas quais é preciso aceitar (sic) sem razões»¹⁰.

9. De referir aqui um lapso do manual *Somos História*, ao indicar Hades como filho de Deméter, na árvore genealógica dos deuses do Olimpo.

10. Anselmo Borges, «Religião, religiões e diálogo inter-religioso», *Revista Portuguesa de*

No capítulo seguinte, «3. A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica», as primeiras menções de História de Religião surgem com a importância da ação da igreja nas invasões bárbaras, dando-lhe grande destaque, tanto pelos três documentos como pelos manuais. Ambos os manuais definem *ordem religiosa*, com o manual *Páginas da História* a dar mais destaque às Ordens de S. Bento, de Cluny e de Cister que o manual *Somos História*. Surgem também aqui as primeiras menções a *Igreja Católica* e *Catolicismo* com o manual *Somos História* a definir este conceito como “religião cristã que reconhece o Papa como chefe da Igreja”, o que surge como inadequada, pelo que sugerimos o uso dos termos *denominação* ou *confissão cristã*. Ambos os manuais definem *clero regular* e *clero secular*, de acordo com as diretrizes do OCP.

De seguida, é apresentado o «mundo muçulmano em expansão», referindo inicialmente a origem do Islão de forma clara e sucinta, como foi feito com o Cristianismo. É de realçar aqui a escolha de conceitos feita pelos três documentos: o OCP apresenta *Islão* como conceito, as MC apresentam *Islamismo* e as AE apresentam *Islão* e *Islamismo* como noções base. Nesta mesma linha, o *Páginas da História* fala em *Islamismo* ou religião muçulmana, ao passo que o manual *Somos História* fala em *Islão* e *Islamismo*, onde na secção de conceitos os define como a “religião monoteísta fundada por Maomé”. Seria talvez importante referir que o termo *Islamismo*, nos últimos anos, tem vindo a ser associado à ideologia política e por vezes ao fundamentalismo islâmico.

De seguida, ambos os manuais fazem referência à pluralidade religiosa e de povos na Península Ibérica entre os séculos VIII e XII e períodos de convivência pacífica, tolerância e paz. Contudo, enquanto o manual *Somos História* apresenta a convivência mútua entre judeus, cristãos e muçulmanos, o manual *Páginas da História* apenas refere a presença das religiões cristã e muçulmana. Destacamos aqui o exercício relativo ao convívio entre religiões, da secção *Ser Cidadão*, do manual *Somos História*:

O convívio e a integração exigem o reforço do diálogo entre culturas e entre religiões. Em trabalho de grupo faz um levantamento:

- de algumas religiões existentes no mundo;

História, 2009, 31.

- do número ou percentagem de crentes;
- dos seus símbolos;
- das formas locais de culto.

Com o resultado da vossa pesquisa, construam um póster digital e apresentem à turma. Após a apresentação, organizem um pequeno debate sobre o respeito pela diversidade cultural e religiosa¹¹.

Este tipo de exercício revela-se bastante importante na linha do que temos estado a analisar. Mesmo referindo-se a Portugal no contexto do século VIII, os alunos são incentivados a pensar em questões atuais mediante temas do passado, com o objectivo de promover o diálogo e a tolerância.

Para este capítulo deixamos como sugestão um maior desenvolvimento do conceito de cristandade quando é mencionado o reconhecimento do Cristianismo pelos Imperadores Constantino e Teodósio. Tendo o contexto e programa escolar, o conceito não necessita de uma definição muito extensa, podendo surgir definido da seguinte forma: institucionalização do cristianismo, cuja mediação é feita pelo império/estado. Pode-se fazer referência aos primeiros concílios da igreja e aludir que foram fundamentais para a formação da doutrina do Cristianismo, e conseqüentemente, da Igreja Católica, com a inclusão de excertos dos Concílios de Niceia e Constantinopla. É igualmente oportuno o Grande Cisma de 1054, como primeira grande divisão do Cristianismo e a consolidação da Igreja Ortodoxa. Seria importante referir que este cisma ocorreu devido a uma variedade de fatores políticos, culturais e teológicos que se foram acumulando ao longo dos séculos, sendo de destacar as diferentes visões às relações intratrinitárias entre o Espírito Santo e o Pai e o Filho, e à forma de Jesus Cristo, assim como a questão geográfica (o império do Oriente e do Ocidente estavam divididos desde a queda do Império Romano) e a visão da hierarquia dentro da religião, nomeadamente a posição do Papa.

No capítulo final «4. Portugal no contexto europeu dos séculos XII a XIV» as alusões a assuntos de História da Religião começam a ser mais escassas que nos capítulos anteriores. O OCP e as AE apenas apontam como noções básicas as *ordens mendicantes* e *instituições monásticas*, sendo que o manual *Somos História* aborda indicando a cultura

11. Alcino Pedrosa, António Travassos, e Teresa Magano, *Somos História: História. 7.º ano, manual* (Porto: Areal Editores, 2021), 158.

monástica, tanto europeia como portuguesa, e as ordens mendicantes que surgiram sobretudo durante o século XII e a sua influência em Portugal na fundação de escolas. Por sua vez, as MC apresentam os *movimentos heréticos* como noção básica, o que é abordado pelo manual *Páginas da História*. Contudo, o termo que o manual apresenta surge como incorreto, pois fala em seita em vez de movimento herético, que seria o termo mais correto. Assim, sugerimos que o manual opte também por incluir uma pequena definição de *heresia*, como ponto desviante no que respeita a *fé e doutrina religiosa, que pode ser considerada balsefémia*. O manual em questão relata ainda a criação da Inquisição em 1184 como movimento de combate às heresias.

De uma forma geral, podemos observar que os documentos e manuais em análise abordam os pontos-chave da História da Religião desde a pré-história até os primórdios da Idade Média, tendo em conta o “espaço curricular” que pode preencher, a idade dos alunos e o que é proposto pelo Ministério da Educação. Contudo, existem alguns espaços que ainda podem ser preenchidos, sobretudo pelos manuais. Por exemplo, uma maior inclusão de tópicos referentes ao Judaísmo, da mesma forma que se dá ao Cristianismo e Islão. Ambos os manuais fazem referências ao Judaísmo em vários momentos, pelo que existe a oportunidade de desenvolver o conhecimento desta religião, de forma a promover um maior conhecimento dos três grandes monoteísmos por parte dos alunos.

A História da Religião possui uma natureza comparativista e a sua intenção de contextualização faz deste um ramo poderoso na conquista da laicidade de inteligência. E a possibilidade real desse estudo será importante não só para o conhecimento humano, mas também para a boa convivência em sociedade, ao mostrar aos alunos a hipótese real da convivência mútua entre razão e fé, e assim, abrir portas ao diálogo intra e inter-religioso.

Referências

- Barreira, Aníbal, e Mendes Moreira. *Páginas da História. 3.º ciclo do Ensino Básico. 7.º Ano de Escolaridade*. 1ª. Lisboa: Edições ASA, 2017.
- Bloch, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar: Apple Books, 2002.
- Borges, Anselmo. «Religião, religiões e diálogo inter-religioso». *Revista Portuguesa de História*, 2009.
- Debray, Régis. «O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*», 2012.
- Direção-Geral da Educação. «Aprendizagens Essenciais | Articulação com o perfil dos alunos: 7º ano | 3º Ciclo Ensino Básico - História», julho de 2018.

- Ministério da Educação. *Organização Curricular e Programa*. Vol. I, sem data.
- Pedrosa, Alcino, António Travassos, e Teresa Magano. *Somos História: História. 7.º ano, manual / Alcino Pedrosa, António Travassos, Teresa Magano*. Ensino básico, 1.a edição. Porto: Areal Editores, 2021.
- Ribeiro, João Paulo Nunes Avelã, e Pedro José Paiva da Cunha. «Metas Curriculares de História: 3º Ciclo do Ensino Básico», 2014 de 2013.
- Schmidt, Klaus. «Birth Of Religion». *National Geographic*, 2011.

